

# SUICÍDIOS NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: ANÁLISE COMPARATIVA ANTERIOR E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Tiago Rodrigues Urbano<sup>1</sup>  
Fernando Paulo Cantador<sup>2</sup>  
João Batista da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo foi verificar a relação entre a pandemia da COVID-19 e o aumento dos casos de suicídio entre os integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná (policiais e bombeiros). Partiu-se da hipótese de que o aumento desses índices é evidente quando comparados aos 5 anos anteriores à pandemia. A partir de uma pesquisa aplicada foi utilizado o método hipotético dedutivo, com objetivos exploratórios e análise descritiva. Para a coleta de dados utilizamos as técnicas de pesquisa bibliográfica, revisando a literatura na área, a partir dos dados fornecidos pelo Hospital da Polícia Militar e do Serviço de Assistência Social do Estado do Paraná. Os resultados mostram um abrupto aumento dos casos de suicídios no ano de 2020, ano do surgimento da pandemia, comparativamente ao ano anterior, 2019.

**Palavras-chave:** *Suicídio. Polícia. Militares Estaduais. Pandemia. COVID 19.*

## ABSTRACT

The objective of this article was to verify the relationship between the COVID-19 pandemic and the increase in suicide cases among members of the Military Police of the State of Paraná (police officers and firefighters). It was assumed that the increase in these rates is evident when compared to the 5 years prior to the pandemic. From an applied research, the hypothetical deductive method was used, with exploratory objectives and descriptive analysis. For data collection, we used bibliographic research techniques, reviewing the literature in the area, based on data provided by the Military Police Hospital and the Social Assistance Service of the State of Paraná. The results show an abrupt increase in suicide cases in 2020, the year of the emergence of the pandemic, compared to the previous year, 2019.

**Keywords:** *Suicide. Police. State Militaries. Pandemic. COVID 19.*

---

<sup>1</sup> Capitão da Polícia Militar do Estado do Paraná; Oficial Aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais CAO/EGSP/PMMT/2021 da Academia de Polícia Militar Costa Verde - APMCV.

<sup>2</sup> Capitão da Polícia Militar do Estado do Paraná; Oficial Aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais CAO/EGSP/PMMT/2021 da Academia de Polícia Militar Costa Verde - APMCV.

<sup>3</sup> Professor Doutor em Educação/UFRN. Major da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador.

## INTRODUÇÃO

A cada ano, em todo o mundo, mais de 800.000 (oitocentas mil) pessoas cometem suicídio. Não diferente, o Brasil registrou números expressivos, aproximadamente 10.000 (dez mil) casos no período de 12 meses. (WHO, 2019). Das mais diversas formas autodestrutivas, o suicídio ainda é a mais impactante pois, sob a forma de epidemia silenciosa traz sofrimento e perdas irreparáveis às pessoas<sup>4</sup>.

No período da pandemia da COVID 19<sup>5</sup> constatou-se um aumento dos casos de suicídio e de tentativas de suicídio entre os militares estaduais do Estado do Paraná. Os dados do Serviço de Assistência Social da PMPR (SAS, 2021), mostram que no período de 2014 a 2021, 44 militares estaduais cometeram suicídio na Polícia Militar do Estado Paraná (PMPR), com um aumento significativo entre o ano de 2019 para 2020 (ano que surgiu a pandemia), de 3 para 9 casos, representando um aumento de 200%. Assim, emergiu a necessidade da pesquisa sobre o suicídio na corporação, dado a esse aumento significativo para entendermos a dinâmica desse comportamento de autodestruição da vida.

O estudo da problemática do suicídio e suas circunstâncias pode contribuir para traçar um prognóstico que enfatiza a importância de suporte psicológico preventivo aos militares estaduais de enfrentamento ao suicídio.

Nessa perspectiva, o problema da pesquisa foi saber por que militares estaduais do Estado do Paraná cometem suicídio. Neste viés, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais os fatores e circunstâncias que contribuíram para o aumento nos casos de suicídios e tentativas de suicídios entre os militares estaduais do estado do Paraná, durante o período de pandemia da COVID 19, comparativamente a anos anteriores?

---

<sup>4</sup> O ato de escrever sobre suicídio, quando vivenciado pessoalmente, como é o caso de um dos autores desse artigo, traz um sabor amargo de quem não pôde agir mais rápido para salvar a vida de alguém próximo e cheio de vida pela frente.

<sup>5</sup> A **Organização Mundial da Saúde (OMS)** declarou que o Covid-19, causado pelo novo *coronavírus*, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 04 Jan 2022.

O estudo levantou como hipótese se os fatores de estresse na atividade policial (ou bombeiro militar), ansiedade e depressão que são principais fatores de risco e que sempre se fizeram presentes, foram incrementados e agravados pelo medo de ser contaminado, medo de contaminar os familiares, falta de uma vacina preventiva ou curativa, pelo aumento da carga de trabalho, (lembrando que os militares estaduais e profissionais da saúde não pararam suas atividades na Pandemia), o isolamento social e a cobrança da sociedade em ações de fiscalização dos decretos proibitivos. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi investigar se a Pandemia COVID 19 agravou ou influenciou o problema de suicídios e tentativas de suicídios na Polícia Militar do Paraná, considerando o aumento dos casos registrados, comparativamente com períodos anteriores.

Para materialização da pesquisa, especificamente, estabeleceu-se investigar dados objetivos do número de suicídios registrados e fornecidos pelo Serviço de Assistência Social da Polícia Militar do Estado do Paraná (SAS), dados registrados e fornecidos pela Junta Médica da Polícia Militar do Paraná do número de atestados CID F (Código Internacional de Doenças - categoria diagnóstica de transtornos mentais ou de comportamento), doutrinas metodológicas, de saúde, psicológicas e humanísticas, referenciadas no decorrer deste artigo.

Os dados estatísticos, ano a ano, desde 2014 dos números de suicídios entre os militares estaduais da Polícia Militar do Paraná, podem, em uma análise mais especializada, revelar múltiplos fatores causadores de estresse, ansiedade e depressão. Estes fatores, quando somados à vida pessoal e profissional, podem dar pistas de possíveis catalisadores do aumento das taxas de suicídio nessa instituição.

Em outra perspectiva, estudos recentes trazem um dilema de grande complexidade para os profissionais da segurança pública brasileiros, colocando-os, concomitantemente, como vítimas e vilões, quando do desenvolvimento de suas ações no cotidiano da atividade profissional policial-militar. (SILVA, 2017).

Diversos fatores, como má formação inicial, precária ou inexistente formação continuada, ações equivocadas praticadas por policiais, provocadas por essas especificidades profissionais, citadas pelo autor, aliada à falta ou ineficiente fiscalização e responsabilização da atividade profissional, bem como ausência ou

ineficiente assistência psicossocial, podem contribuir para desvio de conduta e/ou surgimento de transtornos decorrentes da psicodinâmica do trabalho, o que também pode contribuir para pensamentos suicidas ou o próprio suicídio praticados por profissionais de segurança pública.

Dados estatísticos disponíveis no estudo, mostram uma linha de tendência de alta, com abrupta e preocupante elevação dos casos de suicídios a partir do ano de 2020, coincidentemente com o início da pandemia no Brasil, chegando ao seu pico em 2020, com índices altíssimos de morte pela Covid 19 no Brasil. O resultado esperado do presente estudo é que seja dado o merecido foco que o problema requer, seja no âmbito da Polícia Militar e no Estado do Paraná, aos profissionais de saúde, especialmente psiquiatras e psicólogos, bem como os Oficiais da Polícia Militar do Paraná, os gestores.

Visando alcançar os resultados propostos, o presente trabalho demonstrou o grave problema de saúde mundial que é o suicídio, e como os suicídios afetaram os militares estaduais do Paraná; identificou os números e taxas de suicídios na Polícia Militar nos últimos anos, os fatores de estresse que levaram ao suicídios e quais foram os fatores novos trazidos pela pandemia que agravaram a situação de estresse na atividade policial e bombeiro militar no Paraná; comparou os números de suicídios dos militares estaduais paranaenses, antes e durante a pandemia COVID 19; elencou o número de atestados médicos com CID F (Código Internacional de Doenças por transtornos mentais) e os comparou aos anos de 2020 e 2021, pico de casos da COVID 19. Por fim, analisou como a Administração Pública atua e como pode melhorar suas ações preventivas a fim de contribuir na diminuição dos casos em períodos futuros.

O presente artigo contemplou os seguintes aspectos e conceitos: suicídio, causas do suicídio, estresse na atividade policial militar, pandemia da COVID 19, seu surgimento e efeitos, números de casos de suicídio na Polícia Militar do Paraná e estrutura de enfrentamento ao suicídio.

## SUICÍDIO

No final do século XIX (DURKHEIM, 2001) classificou o suicídio em três modalidades: o egoísta, o altruísta e o anímico, sendo um *fato social* praticado com determinada regularidade. Que pode ser influenciado por uma série de fatores, quer sejam de ordem emocional, mas também social, religiosa, cultural, político, entre outros.

Dado a questões de espaço, sintetiza-se os três tipos suicídio de forma breve, a partir da teoria durkheimiana, as três definições do suicídio. O primeiro tipo é o egoísta, com principais características preponderantemente de um ato individual, motivado, geralmente, pela não integração de determinadas pessoas ao grupo social em que vive, sendo predominante em sociedades modernas.

O suicídio altruísta, em contraposição ao egoísta, tem uma motivação coletiva, uma causa maior, pela qual o indivíduo entrega sua vida, para na sua concepção, tornar-se um mártir. As causas, segundo este autor, podem ser religiosas, políticas, culturais, etc. Todas sempre representando um grupo, uma comunidade, uma sociedade. Na Segunda Guerra Mundial, os pilotos suicidas japoneses, conhecidos como camicases, são muito utilizados como exemplos desse fato social. Nos dias atuais, os homens-bomba de grupos terroristas podem ser um exemplo.

O último tipo, o anímico, decorre de mudanças drásticas em uma sociedade ou cultura e isso pode, em tese, ocasionar um aumento significativo nas taxas *normais* de suicídio. Guerras, catástrofes ou outras formas de rompimento com *status quo* social pode dar causa a esse fato social.

O suicídio se caracteriza como um importante e contemporâneo problema de saúde pública a nível mundial. Os números estatísticos mais recentes expostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram a gravidade do problema. Segundo a OMS, estima-se que 804 mil mortes por suicídio ocorreram em todo o mundo no ano de 2012. Esse número representa uma taxa anual global de suicídio de 11,4 por 100 mil habitantes (15,0 para os homens e 8,0 para mulheres) (WHO, 2014).

Considerado um fenômeno de grande complexidade e de multifatores, o aumento do suicídio no período da pandemia da Covid-19 pode estar relacionada a

diversos fatores tais como, fobias, isolamento, solidão, falta de esperança, dificuldade de acesso aos suportes religiosos, espirituais e até a profissionais de saúde (REGER et al, 2020).

O que também chama a atenção é a informação de que as tentativas de suicídios são aproximadamente vinte vezes mais frequentes (*grifo nosso*) do que os suicídios consumados, tornando a dimensão do problema ainda maior (SILVA e BUENO, 2017). Esse referencial estatístico nos servirá de base para estimar o número de tentativas de suicídios, uma vez que, após consulta à Seção de Assistência Social (SAS) da Diretoria de Pessoal da PMPR, foi informado que os casos de tentativa de suicídio e de ideação suicida, não são quantificados devido serem dados de difícil coleta, uma vez que inexistente na Polícia Militar do Paraná uma padronização ou obrigatoriedade de comunicação formal de tais situações, com isto, impossibilita uma estatística oficial (PARANÁ, 2022).

O suicídio é classificado pelo Código Internacional das Doenças, (capítulo XX da CID - 10) como morte violenta por causas externas (não decorrente de doença). É um fenômeno complexo e multifatorial onde a conjunção de fatores individuais, sociais e culturais poderá influenciar na decisão de ceifar a própria vida. Para compreender o suicídio, faz-se necessário levar em conta a associação de três fatores: os precipitantes (atuais e externos ao sujeito), os internos (relacionados à sua história de vida e aos transtornos mentais preexistentes) e o contexto sociocultural do ato (CFP, 2013).

Um estudo realizado por Antonelli-Salgado et al. (2021) visou analisar algumas variáveis como o distanciamento social, morar sozinho e o isolamento dentro de casa, medindo o impacto das relações sociais com o risco para ideação suicida. Discutiu-se que morar sozinho, praticando o distanciamento social e o sentimento de solidão estavam associados à ideação suicida. Apesar disso, apenas o sentimento de solidão permaneceu como preditor de ideação suicida nas análises longitudinais. A taxa de solidão foi alta, com 61,6% dos participantes pontuando acima do ponto de corte. Portanto, ter um grupo social de suporte pode ser um fator de proteção para pessoas com ideações suicidas. Pondera-se que a tecnologia auxiliou as pessoas a se manterem em contato, mesmo que a distância, influenciando

positivamente no sentimento de conexão *versus* solidão. Mesmo antes da pandemia, o sentimento de solidão e a condição de estar sozinho estavam associados com a ideação suicida e tentativas de suicídio, sendo que sentir-se só corresponde a um impacto maior. Esse estudo mostrou uma discussão valiosa sobre o impacto do relacionamento social com ideações suicidas durante o período inicial da pandemia de COVID-19. Com isso, constatou-se que a solidão está diretamente associada com a ideação suicida.

O isolamento social e a solidão devem ser entendidos de formas distintas. O isolamento social é fácil de perceber, visualmente falando, pois denota o afastamento físico e envolvimento com os demais, mesmo que o indivíduo não se sinta sozinho. Já a solidão é um estado psicológico e mental doloroso, sendo identificado através da introspecção, quando a pessoa pode se sentir só, mesmo em uma multidão. Pode ser entendido pela discrepância entre o desejo de uma interação social significativa e a percepção dos relacionamentos atuais. (ANTONELLI-SALGADO et al., 2021). Contudo, o afastamento físico pode levar ao isolamento social, o que aumenta o risco para o suicídio, podendo ser relacionado com a quarentena da pandemia de COVID-19, apesar de poucos estudos na área.

Explorando sobre o conceito de comportamento suicida, o Conselho Federal de Psicologia, na obra *Suicídios e os desafios para a Psicologia*, considerou o seguinte:

É correto falar sobre comportamento suicida, pois isso engloba uma situação de pessoas que ameaçam tirar sua vida, mas não conseguem efetivação. Por outro lado, há pessoas que conseguem levar o suicídio às últimas consequências. Então, podemos dizer que o comportamento suicida é uma tragédia pessoal e familiar e, assim, torna-se um problema de saúde pública. É bastante difícil compreender por que um determinado indivíduo decide cometer suicídio, ao passo que outras pessoas em situação similar não o fazem. O que se pode afirmar, considerando a experiência clínica e a experiência de pesquisa, é que há grande complexidade para compreender o comportamento suicida. Sabemos que há fatores emocionais, psiquiátricos, religiosos e socioculturais. São um conjunto de fatores que ajudam a compreender a situação de vida, o sofrimento que essa pessoa carrega e, por isso, a busca da morte. Até podemos dizer que, por vezes, a pessoa não quer se matar. Quer, antes, eliminar a dor, diminuir o sofrimento e, por isso, busca, de repente, um método que o leva à morte (CFP, 2013, p. 26).

Este fenômeno está incidindo de forma cada vez mais avassaladora entre os agentes de segurança pública o que traz a vertente de que algo muito grave e errado está assolando tais instituições. A necessidade de se aprofundar em estudos cada vez mais voltados as doenças e transtornos mentais no âmbito das corporações, bem como a elaboração de uma rede de proteção à essas vítimas, no sentido de conhecer realmente seus problemas, como estes se desenvolvem e de qual maneira contribuem para incidência de novos casos nos agentes de segurança pública, são fundamentais no processo almejado de redução do suicídio, visto que tratando-se de um fato social, existe em toda e qualquer sociedade.

### **Causas do Suicídio**

As causas que podem levar à prática do ato extremo do suicídio estão ligadas a alguns fatores e aspectos de risco, que podem, inclusive, somarem-se no mesmos indivíduos, neste caso, aumentando a probabilidade desta prática. Os principais aspectos são: doenças mentais, aspectos psicológicos, aspectos sociais e condição de saúde limitante.

Quanto ao aspecto doenças mentais, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), esclarece que 50% dos suicidas tinham alguma doença mental identificada, não tratada ou não tratada de maneira adequada. Os transtornos mentais mais comuns são: depressão, transtorno de humor bipolar, dependência de álcool e de outras drogas psicoativas, esquizofrenia e certos transtornos de personalidade como transtorno de ansiedade generalizada, todos esses transtornos podem ser evolutivos entre si e são fatores de alto risco para o cometimento do suicídio diante da sua coexistência. (BOTEGA, 2014).

Práticas e políticas públicas voltadas para a promoção de saúde mental e prevenção do suicídio são de extrema relevância nesse momento de enfrentamento à pandemia da COVID 19. Os impactos na saúde mental de profissionais da saúde e segurança pública na linha de frente, por exemplo, ainda não foram estudados.

A depressão é o transtorno que mais prevalece em casos suicidas, sendo que, estudos mostram que apenas 15% a 20% das pessoas com depressão se



suicidam. Com isto, pode-se concluir que: nem todo deprimido se suicida e nem todas as pessoas que cometeram o suicídio eram deprimidas. Desta forma, seria mais prudente considerar a depressão como um fator de risco, não como causa do suicídio. (CFP, 2013).

Relacionado aos aspectos psicológicos, são inúmeros, porém é possível citar alguns que comumente fazem parte da maioria das pessoas, no entanto, a forma de gerir estes fatos e circunstâncias da vida é de ordem individual e personalíssima, portanto, a interpretação e reação psicológica que deverão demonstrar a condição psicológica do indivíduo: perda de pessoas próximas (amigos, parentes, pais, filhos etc), baixa resiliência às condições adversas (dificuldades no trabalho, jornadas extenuantes, problemas financeiros). Personalidade impulsiva, agressiva e humor instável; histórico de abuso físico ou sexual na infância; conflitos de identidade sexual; desesperança, desespero e desamparo. (OMS, 2006).

Já no tocante a aspectos sociais, segundo a OMS, as mortes por suicídio acometem três vezes mais os homens do que as mulheres. Porém, as tentativas são três vezes mais frequentes entre elas. A explicação estaria no fato dos homens serem mais reservados para falar sobre problemas pessoais e, conseqüentemente, em buscar ajuda, resultado também da cultura na qual estão inseridos. Já as mulheres dispõem com mais facilidade de rede de contatos e de grupos de apoio que as auxiliam nas questões emocionais e psicológicas, o que amenizaria os riscos.

Considerando que a Polícia Militar do Paraná conta com aproximadamente 10 a 15% de mulheres, ou seja, um grande público masculino dentre seu efetivo, a informação acima citada ganha ainda mais relevância.

Dentre outros aspectos sociais da população em geral, o suicídio tem maior acometimento nas idades entre 15 e 30 anos e acima dos 65 anos, sem filhos, moradores de área urbana, desempregados ou aposentados, isolados socialmente, solteiros, separados ou viúvos, populações especiais: indígenas, adolescentes e moradores de rua. (OMS, 2006).

As condições de saúde limitantes mencionadas também são fatores de risco, principalmente, nos primeiros meses de diagnóstico e nos casos em que o paciente não responde bem ao tratamento. Doenças orgânicas incapacitantes, dor

crônica, doenças neurológicas (epilepsia, *parkinson*, *hungtinton*), trauma medular, tumores malignos, AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), esclerose múltipla, acidente vascular cerebral (AVC), entre outras. (OMS, 2006).

### **Estresse na atividade policial militar**

Estresse é uma resposta física do organismo humano a um determinado estímulo. Quando estressado, o corpo reage e interpreta que está sob algum ataque, mudando para o modo “lutar ou fugir”, ocasião em que libera hormônios e substâncias químicas como a adrenalina, cortisol e norepinefrina para preparar o corpo para a ação física. (PIMENTA, 2019).

Em essência, o estresse é algo positivo, pois sua dinâmica biológica prepara o corpo para uma reação física ou mental diante de uma situação de perigo ou adversidade, no entanto, o problema ocorre quando esse estresse continua em situações inadequadas e por tempo prolongado. Entre os diversos efeitos do estresse no ser humano, podem ser citados: problemas de memória, dificuldade de concentração, agitação e pensamento acelerados, preocupação excessiva e constante, pessimismo e visão distorcida da realidade. (PIMENTA, 2019).

A atividade policial é tipicamente de grande estresse, seja do risco constante de morte, risco de responder processos por excessos no uso da força, extenuantes jornadas de trabalhos, baixos salários entre outros fatores. O policial ainda tem uma vida particular para administrar, sua família, seu convívio social, suas questões financeiras, dificuldades em geral que todo ser humano está suscetível. Diante disto, é comum em determinado momento da carreira do militar estadual, esse estresse cognitivo trazer um colapso e levá-lo a situação extrema de sofrimento. Assim, ao ultrapassar o limite do sofrimento psíquico suportável, sua resposta poderá ser aquela direcionada à autodestruição.

Analisando os aspectos de causas para o suicídio, o policial militar, como qualquer ser humano, está sujeito a ser acometido por uma ou mais daquelas mazelas. No entanto, o processo de fragilização da condição psíquica do policial

militar é potencializado, devido a sua constante e frequente submissão ao estresse da profissão.

Santana afirma que:

A convivência diária com a injustiça social, violência urbana e, sobretudo, com o risco de matar ou morrer no atendimento a ocorrências, influencia consideravelmente o comportamento, as decisões e a forma de ver, ouvir e entender as realidades da vida (SANTANA e SABINO, 2012, p.4).

Outro aspecto que gera condições adversas e estresse, merecendo a devida atenção, são as condições remuneratórias dos militares estaduais, principalmente entre as praças (cabos e soldados). Por muitos momentos na carreira, dependendo do cenário econômico do país, saúde fiscal do Estado e prioridade do governante, o militar estadual, como todo servidor público sofre com as incongruências de sua remuneração.

Até mesmo reposições inflacionárias, como atualmente ocorre no Paraná, com previsão legal de ocorrer anualmente, são ignoradas pelos governos desde 2016, levando as condições salariais a níveis muito baixos, considerando a perda de poder aquisitivo. Isto leva os profissionais de segurança pública a terem dificuldades até mesmo de prover o sustento de sua família. Com isto, a pressão psicológica aumenta, sendo que a solução, na maioria dos casos, é a busca por complementação de renda, onde o militar estadual vende suas preciosas horas de folga para compensar a defasagem salarial. Neste contexto é importante salientar que o salário não é fator motivacional e sim uma necessidade para o bem-estar próprio e familiar.

Em pesquisas recentes, Silva e Silva Júnior (2021) e Silva e Almeida (2022) abordam a problemática da vitimização policial militar, não adentrando ao caso específico do suicídio, mas levanta ao menos três fatores que dão causa às mortes de policiais em decorrência da profissão, podendo estas influenciarem pensamentos suicidas.

As consequências que o estresse acarreta atingem os três níveis da vida do policial militar: individual, grupal e organizacional. A nível individual, os registros denotam redução da eficiência, faltas repetidas, insegurança nas decisões, adiamento

na tomada de decisão, sobrecarga voluntária de trabalho, uso exacerbado de medicamentos, irritabilidade constante, explosão emocional, elevado nível de tensão, sentimento de frustração, sentimentos de onipotência, desconfiança e agravamento de doenças. (LIMONGI-FRANÇA, 2012).

Alguns fatores de estresse na profissão policial militar são ocasionados pela relação dos profissionais militares com os superiores. Diferentes pessoas reagem de forma diferente diante do trabalho de alto grau de dificuldade, falta de atenção às grandes demandas, atividades de grandes responsabilidades, funções contraditórias e criatividade restringidas. Algumas pesquisas com policiais militares, sobre sua percepção acerca da profissão, levam a um entendimento de que não é o trabalho em si que faz adoecer, mas, sim, a forma como a liderança organiza o trabalho e as condições para sua realização. (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

Um trabalho científico realizado sobre suicídio na Polícia Militar do Rio de Janeiro encontrou a associação do suicídio com a insatisfação da tropa com sua instituição, transferências de unidades de atuação, problemas de sono, depressão e autoconfiança. (MIRANDA, 2016).

Diante desta constatação, é fundamental que os profissionais de gestão, oficiais e graduados, tenham muita serenidade e, sobretudo, profissionalismo, na condução dos trabalhos junto a seus subordinados, esforçando-se continuamente para manter um ambiente salutar, de cooperação mútua, harmonia e paz nas relações interpessoais, ao menos dentro do quartel, pois fora dele, os desafios são enormes e essa paz e harmonia não existem.

### **Pandemia da COVID 19: surgimento e efeitos**

Durante pandemias é esperado que ocorra um agravamento dos fatores de risco ao suicídio devido ao medo da infecção própria ou de entes queridos, não sendo diferente na pandemia COVID-19, isto podendo ocorrer entre crianças, adolescentes, adultos e idosos. Especificamente quanto aos adultos, sendo a parcela geralmente responsável pela renda familiar, podem se sentir pressionados devido às tendências de desemprego, a manterem sua dinâmica laboral, rompendo as

normativas de isolamento social e, conseqüentemente, colocando-se em situação de risco para a contaminação. (BRASIL, 2020).

O mais preocupante é que se o quadro de casos de suicídio e tentativas de suicídio vinha piorando, com a Pandemia COVID-19 a situação agravou, contudo, não sendo possível - dada à incipiência de estudos sobre a problemática - afirmar se este acréscimo ocorreu em virtude dessa pandemia. O fato é que não se possui dimensão dos efeitos que tais mudanças irão causar na vida das pessoas e no ambiente ao redor delas (BRASIL, 2020).

Especificamente aos suicídios ocorridos na Polícia Militar do Paraná, não há estudo científico que possa concluir e apontar que a Pandemia COVID-19 foi o fator causador do aumento dos casos (2020, comparativamente aos anos anteriores). Mas podemos inferir que os fatores de estresse na atividade policial (ou bombeiro militar), ansiedade e depressão que são principais fatores de risco e que sempre se fizeram presentes, foram de certa forma, incrementados e agravados pelo medo de ser contaminado, medo de contaminar os familiares, incipiência de uma vacina preventiva definitiva, pelo aumento da carga de trabalho. Nesse contexto, é forçoso enfatizar que os militares estaduais e profissionais da saúde não pararam suas atividades na pandemia. O isolamento social e a cobrança da sociedade em ações de fiscalização dos decretos proibitivos também reforçaram esse contexto de pressão social.

Os dados de 2021 do Serviço de Assistência Social (SAS), mostram que no período de 2014 à 2021, 44 militares estaduais cometeram suicídio na PMPR, com um aumento significativo entre o ano de 2019 para 2020 (ano que surgiu a Pandemia), passando de 3 para 9 casos, portanto, 200% de aumento no casos.

### **Números de suicídios na Polícia Militar do Paraná**

Com o intuito de validar a tese de que, durante a Pandemia COVID-19 houve um aumento dos casos de suicídios na PMPR, principalmente no ano de 2020, os oficiais autores deste trabalho, buscaram informações oficiais junto à Diretoria de

Pessoal da PMPR<sup>6</sup>. Assim, foi emitida a Informação E-00006/2022, da Seção de Assistência Social da Diretoria de Pessoal da PMPR. Os principais dados dessa Informação apontam os números de suicídios de militares estaduais no Paraná, conforme abaixo:

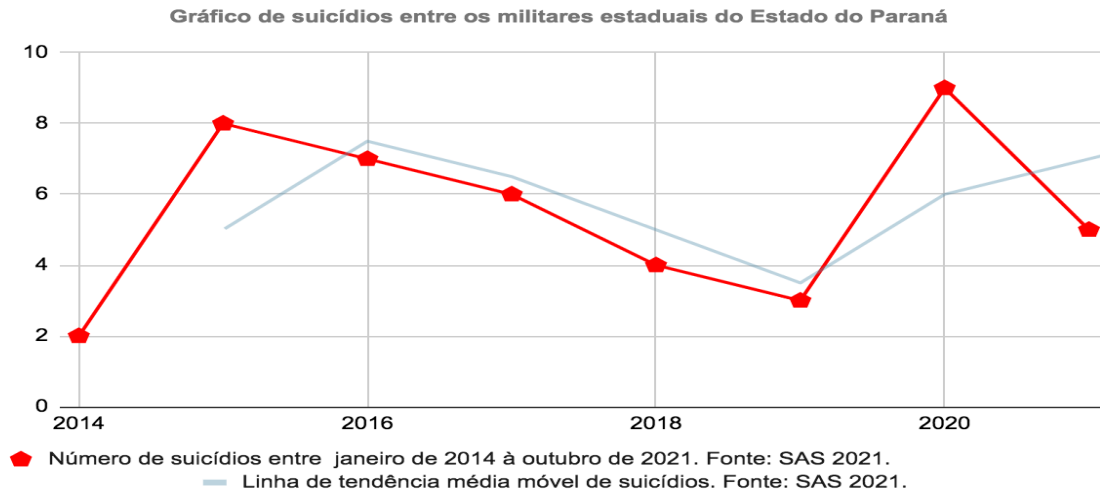
**Quadro 1 - suicídios entre militares estaduais do Estado do Paraná**

Ano	Número de casos de suicídios
2014	02
2015	08
2016	07
2017	06
2018	04
2019	03
2020	09
2021	05

Fonte: PMPR - SAS 2021, adaptado pelos autores.

Para fins de análise comparativa, podemos comparar dois anos anteriores ao primeiro ano da pandemia (2018 e 2019) com 2020. Em 2018 e 2019 tivemos números próximos, com 04 e 03 casos. Já em 2020 foram 9 casos, um aumento de 200%, em relação ao ano anterior. Diante disto, foi possível observar diante dos dados que houve um aumento significativo no período da Pandemia da COVID-19, o que trouxe um cenário ainda pior para os militares estaduais, considerando esse grande aumento dos casos da prática do ato extremo, suicídio, como mostra o gráfico abaixo:

<sup>6</sup> A pesquisa foi autorizada por meio do e-protocolo nº 18.167.703-1 e Ofício no 001/2021, junto àquele órgão de saúde da corporação.



No ano de 2015 foi possível observar através do gráfico apresentado um primeiro pico no número de suicídios entre os militares estaduais do Paraná, o que pode ser atribuído apenas a ocasionalidade ou, dentro da hipótese mais vislumbrada na linha de pesquisa deste artigo, ser atribuído a fatos históricos de grandiosa repercussão no Estado do Paraná e no Brasil, vivenciados por militares estaduais, tais como o enfrentamento de manifestações e movimentações populares que colocaram Policiais Militares e Professores em constantes atritos e embates, o que ficou conhecido historicamente no Paraná como o "Dia 29 de Abril".

O clima tenso por reivindicações salariais por parte dos membros do executivo reuniu professores de um lado e policiais militares do outro, executando seu mister e impedindo a invasão dos órgãos governamentais do centro cívico da capital paranaense por parte dos professores do estado.

O fato foi que ambas as categorias passavam por um momento de intenso estresse emocional buscando garantir direitos profissionais de ambas as categorias em um verdadeiro clima de guerra, colocando literalmente policiais contra professores. É importante esclarecer que neste contexto histórico houve a presença de policiais e professores de todo o Estado do Paraná, os quais viajaram em massa até a capital paranaense.

Uma imagem muito emblemática que caracterizou o período tenso vivenciado pelos membros do Poder Executivo do Estado no ano de 2015 foi a de

uma professora em nítido confronto com a polícia militar local, conforme mostra a imagem a seguir:

### Imagem I



**Fonte:** <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/no-parana-protesto-marca-os-4-anos-do-massacre-do-centro-civico1>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Não existem estudos que comprovem a relação entre as manifestações populares ocorridas no ano de 2015 com os números de suicídios, porém, os autores deste artigo, por terem vivenciado presencialmente o clima instaurado no local, podem afirmar que muitos dos militares estaduais estavam esgotados emocionalmente em relação ao contexto político histórico que pode ter desencadeado uma série de fatores estressores, estes que são potencializadores que levam a medidas extremas, como tentativas de suicídios e o suicídios consumados.

Outra análise que podemos fazer com esses dados, é quanto às tentativas de suicídios. Conforme explanado no tópico 2 deste artigo, os números de tentativas de suicídios não são quantificados, devido à dificuldade de coleta dos dados, uma vez que não existe a nível organizacional uma padronização ou obrigatoriedade de comunicação formal de tais situações. O mesmo fato pode ser observado no Ministério da Saúde:



No caso de ideação suicida, essa dificuldade é ainda maior, o próprio Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não realiza a coleta de tais dados: “destaca-se que ideação suicida não é objeto de notificação”. (BRASIL, 2017, p.1).

Ao considerar que a cada caso de suicídio consumado, exista outros 20 casos de tentativas de suicídios, podemos deduzir que, se em 2020 houve 9 casos de suicídios consumados, outros 180 casos de tentativa de suicídios provavelmente tenham ocorrido. Com isto, amplia-se a gravidade do problema, sendo necessária atenção da instituição militar para o tema.

As linhas tendenciais de acordo com 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que, em 2018, 11 policiais entre civis e militares cometeram suicídio no Estado do Paraná, um crescimento de 37,5% na comparação com o ano de 2017, quando constatou-se oito suicídios registrados na mesma categoria. O estudo também demonstrou que no Paraná, a taxa de suicídio por grupo de mil policiais da ativa é bem maior do que nos outros Estados da Federação, ao passo que as mortes por confronto armado, por exemplo, a situação se inverte.

O fato do Fórum Brasileiro de Segurança Pública no seu Anuário de 2020 trazer pela primeira vez na história de suas edições, dados sobre suicídio de policiais civis e militares de forma particularizada, demonstrou um avanço na preocupação com o tema em nível nacional.

Observando os dados analisados, da Polícia Militar e Polícia Civil, verifica-se significativa diferença entre as duas instituições. Quanto ao comparativo dos anos (2019 e 2020) houve, em nível nacional, uma redução nos números absolutos de suicídios nas Polícias Militares, diferentemente do que ocorreu no Paraná. Essa disparidade pode ser atribuída ao fato do Estado do Paraná ter a estrutura do Corpo de Bombeiro não independente, ou seja, os Bombeiros pertencem à PMPR, portanto, os números analisados neste Artigo são referentes aos militares estaduais do Paraná (bombeiros e PM's). Outro Estado na mesma condição é São Paulo, já os demais Estados da Federação, os Bombeiros e Polícias Militares funcionam de maneira independente.

**Tabela I – Suicídio de Policiais Civis e Militares 2019-2020**

**TABELA 08**

**Suicídio de Policiais Civis e Militares**

*Brasil e Unidades da Federação - 2019-2020*

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio de Policiais da Ativa								
	Polícia Militar		Polícia Civil		PM e PC				
	Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		Taxa <sup>(1) (2)</sup>		Variação (%)
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	
(1) Por grupo de mil policiais da ativa.									
Brasil	69	40	13	10	82	50	0,2	0,1	-15,6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Anuário 2020.

Considerando que as ocorrências de suicídios, na maioria das vezes, são precedidas por problemas de ordem psíquica, a Administração Militar tem especial atenção aos atestados médicos CID “F”. A Classificação Internacional de Doenças (CID) possui em seu código “F” (F00 a F99) para as doenças relacionadas aos transtornos mentais e comportamentais. Em consulta formal à Junta Médica da PMPR, foram solicitados dados de atestados CID F registrados entre os militares estaduais do Paraná em 2020 e 2021 (não havendo tempo hábil para um levantamento dos anos anteriores), sendo que o total de atestados em 2020 foi de 1235 e, em 2021, 1465 atestados.

Quando um militar estadual é afastado do serviço por esse motivo, existe um protocolo de ações para tratar o caso, dentre elas, o preventivo recolhimento da arma de fogo e munições do policial militar, no intuito de afastar-lhe o instrumento de trabalho que mais comumente é empregado para a prática do suicídio. No Brasil, o principal meio empregado para o suicídio é o enforcamento, porém, entre os policiais, a arma de fogo é o principal instrumento utilizado em tentativas quanto entre os suicídios consumados. (CRUZ e MIRANDA, 2020).

**Estrutura de enfrentamento ao suicídio**

A Polícia Militar do Paraná, através da Diretoria de Pessoal, possui por atribuição legal (Lei Estadual nº 16.575/10 - Lei de Organização Básica e Decreto Estadual nº 7.339/10 - RISG PMPR), a assistência social e psicológica.

Em 2008 foi criado o Centro Terapêutico da Polícia Militar do Paraná, com a finalidade de prestar atendimento interdisciplinar aos militares estaduais (policiais e bombeiros) do serviço ativo, reserva remunerada e reformados. O Centro terapêutico desenvolve atendimentos preventivos e interventivos no âmbito da saúde mental aos militares estaduais, buscando a promoção e a reabilitação biopsicossocial.

O Centro terapêutico também viabiliza tratamento especializado para dependência química, em formato de clínica-dia e ambulatorial, aos policiais militares portadores de dependência de substâncias psicoativas e suas comorbidades. Possui ainda o Programa de Avaliação e Acompanhamento de Policiais e Bombeiros Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (PROAAR). Tal programa avalia o policial-militar quanto aos sintomas atinentes ao transtorno de estresse pós-traumático, provenientes da exposição a ocorrências de alto risco (a exemplo, confrontos armados), objetivando sua reinserção familiar, social e ocupacional.

Em pesquisa recente, Mussolini (2022) explica que uma pequena parcela de seus integrantes desconhece os mecanismos legais e de apoio para o Policial que porventura tenha tido uma ideação suicida, fato este que poderia ser divulgado a todo efetivo, de forma a reforçar a enorme preocupação da Instituição. A Diretoria de Pessoal também possui a Subseção de Assistência Social (SAS), a qual, com o objetivo de promover o bem-estar dos integrantes da corporação e seus familiares. Este Serviço Social da PMPR atua de diversas formas, realizando: acolhimento; escuta qualificada; triagens, avaliações, levantamento sócio econômico; intervenção quanto à necessidade social do Militar e seus dependentes; atendimento preventivo e interventivo; abordagem e encaminhamento para tratamento, pacientes com transtorno mental e/ou dependentes químicos; acompanhamento dos pacientes e avaliação dos resultados do tratamento; abordagem, intervenção e encaminhamento, após diagnóstico social, dos militares e seus dependentes que necessitem de outro tipo de intervenção ou apoio: psicológico, médico, jurídico, rede especializada e

outros; acolhimento e atuação direta das demandas que se apresentam; promoção da reabilitação biopsicossocial; promoção de ações afirmativas para a retirada de pré-conceitos e pré-julgamentos; abordagem social em domicílio; visitas domiciliares e hospitalares; encaminhamento alternativo dos pacientes para as redes sociais locais e regionais.

O serviço social possui como objetivo mais importante propiciar a conquista de autonomia dos usuários, através do exercício de empoderamento, visando à participação e à ocupação por parte dos usuários e familiares nos espaços que são oferecidos, assim como a conquista de novos espaços e a proteção integral.

O Programa PRUMOS, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, através do Decreto Estadual nº 6297, de 04 de dezembro de 2020, dispõe sobre o Programa de Saúde Mental aos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, com a contratação de psicólogos e assistentes sociais, atuando diretamente com os profissionais da Polícia Militar, Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Penal e Polícia Científica.

O programa registrado através de Padrão Internacional de Numeração de Livro - (ISBN) por militares estaduais, ressalta a universalização do atendimento psicológico e social aos profissionais de segurança pública, através da importância dos projetos de qualidade de vida no ambiente organizacional, como fundamentais à melhoria das condições de vida dos militares estaduais, demonstrando a necessidade de estabelecer e padronizar ações de caráter biopsicossociais na área de segurança pública, descentralizados ao modelo médico, possibilitando um maior fluxo de atendimentos, com eficiência ao público a que se destina. Para a implementação do programa, foram estabelecidos Centros Integrados de Atendimento Psicossocial e Seções de Atendimento Psicossocial (CAPs).

Conforme Decreto Estadual nº 6297, de 04 de dezembro de 2020, os CAPs são geridos diretamente pela Secretaria de Segurança Pública (SESP), uma vez que realiza atendimento à todas as instituições (Polícia Militar, Polícia Científica, Polícia Civil e Polícia Penal), sendo que as Seções de Atendimento Psicossocial (SAPs), alocadas na PMPR, são geridas pela Diretoria de Pessoal, através da Seção de

Assistência Social. Os Centros Integrados de Atendimento Psicossocial (CAPs), com funcionamento em Curitiba e Londrina, oferecem aos profissionais de segurança pública e seus dependentes legais: o atendimento psicológico e a assistência social.

As Seções de Atendimento Psicossocial (SAPs), ofertam o atendimento psicológico e assistência social, de forma descentralizada, nos Comandos Regionais e nos Batalhões de Polícia Militar, para os policiais, bombeiros militares e seus dependentes; e nas subdivisões da Polícia Civil, para os integrantes da Polícia Civil, Polícia Científica, Polícia Penal, bem como aos seus respectivos dependentes.

O modelo de prevenção adotado pela PMPR é dividido em prevenção universal, seletiva e indicada. Trata-se de um modelo bastante útil por proporcionar a abordagem em níveis diferentes, sendo possível uma maior definição das ações, que se subdividem em prevenções a ideação suicida (universal), prevenções na elaboração de planos suicidas (seletiva) e prevenções ao ato suicida (indicada). Este modelo facilita a ação direta na mitigação de comportamentos específicos a cada fase (BERTOLOTE, 2012).

Em data de 26 de abril de 2019, o Congresso Nacional instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A referida Lei define no seu artigo Art. 6º os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada são de notificação compulsória pelos estabelecimentos de saúde públicos e privados às autoridades sanitárias, estabelecimentos de ensino públicos e privados ao conselho tutelar e define, para efeito de Lei, que violência autoprovocada entende-se o suicídio consumado, a tentativa de suicídio, o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida (BRASIL, 2020).

Por fim, não se pode deixar de citar um serviço importante na luta pela defesa à vida e contra os suicídios, trata-se do Centro de Valorização da Vida:

O CVV – Centro de Valorização da Vida, fundado em São Paulo, em 1962, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, desde 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo e anonimato. A instituição é associada ao Befrienders Worldwide, que congrega entidades congêneres de todo o mundo, e participou da força tarefa que elaborou a Política Nacional de

Prevenção do Suicídio, do Ministério da Saúde, com quem mantém, desde 2015, um termo de cooperação para a implantação de uma linha gratuita nacional de prevenção do suicídio. A linha 188 começou a funcionar no Rio Grande do Sul e, em setembro de 2017, iniciou sua expansão para todo o Brasil, que foi concluída em 30/06/2018, com a integração de todos os estados. Os contatos com o CVV são feitos pelos telefones 188 (24 horas e sem custo de ligação), pessoalmente (nos mais de 120 postos de atendimento) ou pelo site [www.cvv.org.br](http://www.cvv.org.br), por chat e e-mail. Nestes canais, são realizados mais de 3 milhões de atendimentos anuais, por aproximadamente 4000 voluntários, localizados em 24 estados mais o Distrito Federal (CVV, 2022).

O Centro de Valorização da Vida é uma organização filantrópica que atende, a nível nacional, em média 250 mil ligações por mês, através do telefone 188, um importante trabalho que soma esforços à tão importante rede de proteção.

## METODOLOGIA

Através do método hipotético dedutivo a pesquisa realizada foi de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos com abordagem qualitativa, tendo como procedimento de coleta a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa foi realizada com coleta documental na Seção de Serviço de Assistência Social da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Paraná e consistiu na coleta da quantidade de casos registrados de militares estaduais da ativa que cometeram suicídio e vieram a óbito no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2021. Também foram coletados dados referentes aos números de atestados com CID "F", nos anos de 2020 e 2021, na Junta Médica da Polícia Militar do Paraná.

Para a coleta de dados bibliográficos foi realizada uma revisão de literatura na área abordada de forma a valorar e inter-relacionar os dados coletados. A pesquisa partiu da hipótese de que os fatores de estresse na atividade policial (ou bombeiro militar), ansiedade, depressão e outros, foram incrementados e/ou agravados com a Pandemia COVID 19.

Através do método hipotético dedutivo, foi analisada a correlação entre dois importantes temas da atualidade: o suicídio entre militares estaduais e a Pandemia COVID 19. Verificou-se que no ano do surgimento da Pandemia no Brasil (março de 2020) o número de casos na Polícia Militar do Paraná aumentou de 03, em 2019, para 09, em 2020. O aumento foi preocupante e revela haver indícios de correlação entre o cenário pandêmico e o aumento dos casos, embora não houve estudos elucidativos que confirmem essa tese.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como visto no referencial teórico, os números de tentativas de suicídios não são quantificados, devido à dificuldade de coleta dos dados, uma vez que não existe a nível organizacional uma padronização ou obrigatoriedade de comunicação formal de tais situações. No entanto, a literatura do tema, estima que a cada caso de suicídio consumado, exista outros 20 casos de tentativas de suicídios. Partindo desta estimativa, podemos deduzir que, se em 2020 houve 9 casos de suicídios consumados, outros 180 casos de tentativa de suicídios provavelmente tenham ocorrido, com isto, amplia-se a gravidade do problema, sendo necessária atenção da Instituição Militar para o tema.

Considerando ainda, que as causas dos suicídios estão preponderantemente ligadas a distúrbios psíquicos, é imprescindível que os gestores (Oficiais) da Administração Militar tenham atenção aos casos de doenças mentais dentre os policiais militares, os denominados atestados CID "F". A apresentação desse tipo de atestado médico, é um indicativo de que o militar estadual já não consegue gerir seu estresse profissional e seus dilemas de ordem particular. Assim, monitorar os CID-F e prestar o devido apoio em cada caso, acaba sendo um ato de prevenção ao suicídio.

A linha de tendência do gráfico gerado a partir do números anuais de suicídios, deverá ser analisada futuramente e relacioná-la com a incidência de casos de doenças psíquicas, notadamente a ansiedade e depressão. O gráfico é no mínimo preocupante sob o aspecto de possíveis vitimizações futuras.

Conforme constatado por Antonelli-Salgado et al. (2021), durante o início da pandemia os fatores de risco foram mais impactantes para a saúde mental das pessoas, no que se relaciona ao risco de suicídio, apesar de não haver estudo que leve a conclusões de que este evento de saúde pública mundial possa ter contribuído diretamente para o aumento das taxas de suicídio.

Na intenção de ampliar a estrutura de atendimento, existe a previsão de criação de mais dois Centros Integrados, nos municípios de Cascavel e Maringá (regiões do interior do Estado), aproveitando os profissionais já contratados para as SAPs da PMPR e das demais instituições. Estes serviços são compostos por psicólogos e assistentes sociais, que atuam individualmente ou em equipe multiprofissional, colaboram para a compreensão dos processos intra e interpessoais vivenciados pelos policiais, bombeiros militares e seus dependentes, através de um enfoque preventivo e terapêutico, por meio de diagnósticos, acompanhamentos psicológicos, intervenções psicoterápicas individuais e/ou grupais, independentemente da abordagem teórica adotada.

Neste contexto, cabe aos níveis hierárquicos superiores compreender que o ato suicida é apenas a ponta exposta de um problema de saúde maior e mais complexo, que engloba toda a corporação, portanto, faz primordial a busca por medidas que visem a prevenção, e não apenas o tratamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do tema abordado, sobretudo as subnotificações (casos não contabilizados ou não informados), além das limitações formais dessa categoria de trabalho acadêmico, bem como as dificuldades causadas pela concomitância da carga de trabalho e missões dos Oficiais Alunos autores, no contra turno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, foram fatores importantes para um artigo mais aprofundado e esclarecedor.

Consideramos que o principal aspecto positivo foi o fato de o Artigo conseguir interligar as temáticas de Suicídios, Pandemia Covid 19 e Estrutura de atendimento no Paraná. Os objetivos gerais e específicos propostos no Projeto de



Pesquisas foram todos alcançados, notadamente, demonstrando o grave problema mundial que é o suicídio; especificando como a problemática do suicídio afeta os militares estaduais; identificando os números e taxas de suicídios na Polícia Militar nos últimos anos; identificar os fatores de estresse que levam ao suicídios; identificando quais foram os fatores novos trazidos pela Pandemia, que agravaram a situação de estresse na atividade policial e bombeiro militar no Paraná; comparando os números de suicídios e tentativas dos militares estaduais paranaenses, antes e durante a Pandemia COVID 19 e analisar como a Administração pública poderá melhorar suas ações preventivas a fim de contribuir na diminuição dos casos em períodos futuros.

Verificamos que a hipótese inicial de correlação entre suicídio entre militares estaduais do Paraná e a Pandemia COVID 19, ainda não foi cientificamente pesquisada, ou seja, embora tenha ocorrido aumento dos casos em 2020, não há estudo conclusivo de que a Pandemia COVID 19 possa ter dado causa de aumento dos casos.

Destacamos que as causas do suicídio, problema grave e persistente na corporação, estão nos distúrbios mentais e comportamentais, estes por sua vez, causados pelos fatores de estresse da profissão policial, considerada uma das mais estressantes que existem. Enfatizou-se também, que os fatores estressores desencadeados pela Pandemia COVID 19 potencializaram os níveis de pressão e estresse na tropa militar estadual.

Discorreremos, ainda, sobre a atual estrutura de atendimento na Polícia Militar do Paraná para a prevenção e tratamento de problemas psicossociais que podem levar à prática extrema do suicídio. Basicamente, tal estrutura é composta por psicólogos, assistentes sociais e assistentes sociais. Apontamos que a administração Militar deve estar muito atenta aos casos de enfermidades de ordem mental (CID-F), pois nos casos de suicídios consumados é comum a vítima já ter histórico desse tipo de doença.

Expomos que a maioria das causas do suicídio, causados pelos fatores que podem acometer qualquer pessoa, são potencializadas pelos fatores de estresse da profissão policial militar. Esclareceu-se que distanciamento social não é o mesmo que

isolamento social ou solidão. Pontuamos que a questão associada à prevenção e suporte, para as pessoas que têm ideação suicida, é a rede de apoio. Ou seja, o resgate da saúde mental envolve as pessoas ao redor e o convívio saudável, visando também o início, manutenção e acompanhamento dos tratamentos corretos, seja por farmacoterapia ou psicoterapia.

No âmbito nacional, citamos o Centro de Valorização da Vida (disque 188), um importante serviço de atendimento à distância (via telefone), fundado em 1962, funcionando ininterruptamente 24 horas por dia e todos os dias da semana, possui muita relevância na ajuda de pessoas com ideação suicida. A divulgação deste serviço, não obstante a toda a estrutura de atendimento do Estado já existente, deve ser realizada nas Corporações Policiais Militares do Brasil, pois, em um momento extremado e de angústia, pode ser o apoio imediato na salvaguarda da vida.

A rede de proteção, em que todos possuem papéis importantes para salvaguardar vidas, deve ser prioritária nesse sistema de proteção e apoio de enfrentamento ao suicídio. O ser humano, entendido como um ser biopsicossocial, precisa estar bem em seus diferentes aspectos. Isso significa que o cuidado em manter ambientes saudáveis de trabalho, familiar e social, devem ser priorizados. Muitas vezes, as pessoas que sofrem de algum transtorno mental, não têm a possibilidade de agir por si e buscar ajuda, portanto, cabe à rede de apoio dar esse suporte, como tem sido feito e deve ser intensificado no Estado do Paraná.

Diante do exposto, esperamos que haja mudanças e implementações de linhas de ações que visam prevenir e diminuir substancialmente os casos de suicídios e tentativas de suicídios, fazendo com que a tendência da curva estatística seja de baixa e não de alta como atualmente tem indicado.

Por fim, concluímos que a melhoria da qualificação profissional e da percepção de qualidade de vida dos militares estaduais impactam diretamente na sociedade paranaense, através da melhoria da prestação de serviço, na redução dos impactos econômicos gerados pela criminalidade, na diminuição de gastos públicos em saúde e nos absenteísmos destes profissionais, proporcionando o aumento da credibilidade nos serviços prestados pela Corporação, neste caso representado pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

## REFERÊNCIAS

ANTONELLI, S. T. et al. Loneliness, but not social distancing, is associated with the incidence of suicidal ideation during the COVID-19 outbreak: a longitudinal study. **Journal of Affective Disorders**. v. 290, n. 1, p. 52-60, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165032721003761?via%3Dihub>. Acesso em: 16 de setembro de 2021.

BERTOLETE, J. M. **O suicídio e a sua prevenção**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, v. 25, n. 3, p. 231-236, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642014000300231&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000300231&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. v. 48, n. 30. Brasília: 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2017/2017-025-perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-brasil-e-a-rede-de-atem-ao-a-sa-de-pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**. Brasília: 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Suicídio na Pandemia de Covid-19**. Brasília: 2020. Disponível em: [https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha\\_prevencaosuicidio.pdf](https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha_prevencaosuicidio.pdf). Acesso em 24 Out. 2021.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. **Ligue 188**. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/o-cvv>. Acesso em 19 Fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Suicídios e os desafios para a psicologia**. Brasília: 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em: 14 Fev. 2022.

CRUZ, F. N. MIRANDA, D. O suicídio e os profissionais de segurança pública. **Com Ciência**, 2020. Disponível em: <http://www.comciencia.br/o-suicidio-e-os-profissionais-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

DURKHEIM, Émilie. **O Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2019 Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf) Acesso em 24 de outubro de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2021 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf> Acesso em 24 de outubro de 2021.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e Trabalho: Uma abordagem psicossomática**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução; elementos para uma análise metodológica**. São Paulo, 1997.

MIRANDA, D. **Porque policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016.

MUSSOLINI, L.S. **Ações de prevenção ao suicídio nas polícias militares: Analisando as causas e as medidas profiláticas para mitigar sua incidência**. 212 p. Tese (Pós-Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, Porto Alegre, set./dez., 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do Suicídio, um recurso para conselheiro**. Genebra, 2006. Disponível em: [https://www.who.int/mental\\_health/media/counsellors\\_portuguese.pdf](https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf), Acesso em 26 de Janeiro de 2022.

PARANÁ, Polícia Militar - Diretoria de Pessoal: **Informação E00006/22**. 1º Ten. QOPM Beatriz Carolina Gertz Merege, Chefe da SAS/DP. 2022.

PARANÁ, Secretaria da Administração e Previdência: **E-Protocolo 18.167.703-1**. Ten-Cel. QOS PM Med. Darwin Takahiro Shiwaku, Chefe da Junta Médica PMPR. 2022.

PIMENTA, T. **Estresse: saiba como ele afeta sua saúde física e emocional**. Vittude Blog. 2019. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/estresse-saiba-como-ele-afeta-sua-saude/>. Acesso em 29 de janeiro de 2022.

REGER, M. et al. Suicide Mortality and Coronavirus Disease 2019 - A Perfect Storm? **JAMA Psychiatry**, v. 77, n.11, p. 1093-1094, 2020. Disponível em:

<https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2764584>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

SANTANA, L. S; SABINO, A. D. V. Estresse policial militar: efeitos psicossociais. **Revista Conexão Eletrônica**. Três Lagoas, 2012. Disponível em: <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf>. Acesso em 29 de Janeiro de 2022.

SILVA, M. A. da; BUENO, H. P. V. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: Esforços para prevenção, **Revista de Ciências Policiais da APMG**. São José dos Pinhais, v.1, n.1, p.5-23, 2017. Disponível em: [http://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-01/01\\_o\\_suicidio\\_entre\\_policiais\\_militares\\_na\\_policia\\_militar\\_do\\_parana.pdf](http://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf) Acesso em: 24 de outubro de 2021.

SILVA, J. B. da. **Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectivas**. Natal: Fundação José Augusto, 2017.

Silva, J. B. (2019). Herói ou vilão? vítimas ou algozes? quem são os profissionais de segurança brasileiros? **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, 1(3), 50-53. Recuperado de <https://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/39>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SILVA JÚNIOR, A. L. Vitimação policial militar no Rio Grande do Norte. **Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública** - ISSN 2764-3069, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 77-86, 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/37>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP)**. São Paulo: v. 16, n. 2, 240-263, fev/mar 2022. Disponível em: Vista do Vitimização policial ([forumseguranca.org.br](http://forumseguranca.org.br)). Acesso em: 23 mar. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a global imperative**. Genebra: WHO, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564779> Acesso em 24 de outubro de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics: Monitoring Health for the sustainable development goals. Preventing suicide: a global imperative**. Genebra: WHO, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/324835/9789241565707-eng.pdf?sequence=9&isAllowed=y> Acesso em 24 de outubro de 2021.